

Cenário Político



Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Porta aberta

Conforme o Cenário Político anunciou há três semanas, o governo Aldana passará por novas mudanças no primeiro escalão. Ontem, até o fechamento desta coluna, três secretários haviam comunicado seu afastamento para concorrer em outubro. A legislação determina que os ordenadores de despesa se licenciem seis meses antes do pleito. Saíram Cátia Schu (PSB), do Desenvolvimento Rural; Carlos Eduardo Müller (Solidariedade), da Administração; e João Marcelino da Rosa, da Secretaria de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania.

Novas funções - De acordo com o chefe de gabinete do prefeito, Valter Robalo, os nomes dos substitutos devem ser definidos ao longo do fim de semana e anunciados na segunda-feira. Também não está descartada a possibilidade de os secretários permanecerem nos setores, em cargos subalternos e com salários menores. Acreditem: a legislação permite. Inteligentemente!

Ladrões

A Polícia ainda está investigando, mas é difícil acreditar que não haja o envolvimento de servidores nos roubos que seguidamente ocorrem na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos. Esta semana, uma equipe da Prefeitura descobriu onde estavam e, com o apoio da Polícia, conseguiu reaver, num ferro-velho, duas rodas de patrôla que haviam desaparecido do setor há cerca de duas semanas. Crimes desse tipo mancham a imagem da maioria honesta do funcionalismo.

Vereadores desafiam a opinião pública

Faltou pouco, mas as campanhas realizadas pela rede social Facebook e a presença de cerca de 50 professores no plenário não foram suficientes para impedir os vereadores de aprovar um reajuste de 9,42% aos seus próprios salários, ao do prefeito, do vice e dos secretários municipais. Também os servidores públicos, de todas as categorias, serão contemplados com o mesmo índice. Embora o valor seja apenas o acumulado da inflação no último ano, muita gente esperava que suas excelências abrissem mão do benefício. Queriam que apenas o funcionalismo fosse beneficiado, pois vereadores, secretários, prefeito e vice já ganham salários mais altos. Em tempos de crise, com a arrecadação do Município em queda, acreditaram que os políticos dariam sua dose de sacrifi-



DEZENAS de professores acompanharam a sessão.

Ainda sobre as reajustes:

1 - Os vereadores poderiam ter aberto mão das reposições para si, para o prefeito e o vice e mantido o benefício aos secretários. Ganham quase a mesma coisa que um legislador e suas responsabilidades são **mnuauito** maiores.

2 - Roberto Braatz (PMDB) disse que

estas práticas.

Os furtos, por sinal, agravam ainda mais a situação de um setor que segue com sérios problemas para manter o parque de máquinas funcionando. De acordo com o secretário Ricardo Endres, algumas providências foram tomadas, como o fim da compra de equipamentos e peças importadas. Patrôlas, retroscadeiras e pneus chineses, nunca mais. Descobriram, finalmente, que o barato sempre custa mais caro.

Aliás, a título de curiosidade, Ricardo Endres é o terceiro secretário de Viação e Serviços Urbanos que, em menos de um ano, promete recuperar o parque de máquinas da Prefeitura em 60 dias. Antes dele, José Alfredo Schmitz e Carlos Einar de Mello até que tentaram, mas ficaram só na vontade mesmo.

Primeiro, os servidores - O projeto de reajuste do funcionalismo chegou à Câmara somente na quinta-feira à tarde e, para inclusão na pauta, foi necessário um acordo entre os vereadores. Dos dez, apenas Ari Müller (PDT) e Gustavo Zanatta (PP) se posicionaram contra a votação naquela noite, alegando que não tinham conhecimento do texto e do impacto financeiro do reajuste. Derrotados, na votação do reajuste Müller se absteve e Zanatta, que antes pregara cautela, mudou de ideia e votou a favor.

Bons exemplos - Já os vereadores contrários às reposições para os agentes políticos acreditam que, diante da crise na economia, quem ganha mais deve fazer sacrifícios pelo "bem do Município". Citaram os casos de Pareci Novo e Brochier, onde Executivo e Legislativo entraram em acordo e só o funcionalismo foi atendido. De acordo com Renato Kranz, os reajustes dos agentes políticos vão somar em torno de R\$ 280 mil por ano.

Coerência - No fim das contas, os vereadores que foram contra os projetos receberão a mesma diferença que os demais. Para que não se confirmem as suspeitas de demagogia, têm o dever de, ao final de cada mês, devolver o dinheiro aos cofres públicos ou doá-lo a alguma entidade e, da tribuna, apresentar os comprovantes. Também não podem mais defender a ampliação do número de cadeiras no Legislativo e devem suspender imediatamente as pressões pela construção do novo prédio da Câmara. Questão de coerência.

Divididos - As votações dos reajustes nos salários do prefeito, vice, vereadores e secretários ocorreram bem mais tarde, quando grande parte do público já havia se retirado. Foram cinco votos a favor e quatro contra. Os favoráveis: Rose Almeida e Dorivaldo da Silva (PSB), Roberto Braatz e Edgar Becker (PMDB) e Márcio Müller (Solidariedade). Os contrários: Renato Kranz (PTB), Ari Müller (PDT), Marcos Gehlen (PT) e Gustavo Zanatta (PP). Por força do regimento interno, o presidente Carlos Einar de Mello (PSB) não votou os projetos.

Dois pesos? - Difícil assistir ao comportamento de alguns vereadores e não identificar claros traços de demagogia. Entre os que votaram contra os aumentos, há quem vinha defendendo, com unhas e dentes, a construção da nova sede da Câmara, na Timbaúva, o que representará um gasto superior a R\$ 10 milhões. Também estavam avançadas as discussões para aumentar o número de vereadores, o que elevaria as despesas do Legislativo em quase 50%.

Mobilização - É legítimo e desejável que a população pressione os vereadores quando os interesses da população são contrariados. Neste caso, palmas para Sindicato dos Profissionais da Educação, que levou em torno de 50 mestres à Câmara. O salário da categoria está defasado, muito mais do que o dos políticos. Além disso, marcaram posição em sua luta pela revisão do Plano de Carreira.

Agilidade - Ainda que as novas regras não possam ser implantadas este ano, é importante que fique tudo resolvido antes da troca de governo. A vereadora Rose Almeida prometeu intermediar um encontro de representantes da categoria com o prefeito para agilizar este processo.

Passivo - Os vereadores favoráveis às reposições alegaram que elas estão previstas na Constituição Federal e que não aprovar os projetos poderia gerar um passivo para o Município. Algum vereador que não se reelegesse, ou mesmo um secretário municipal demitido, poderia ingressar na Justiça pedindo o pagamento que não recebeu. Também as responsabilidades inerentes aos cargos pesaram na decisão. Prefeito, vice e secretários colocam seu próprio patrimônio em risco quando cometem alguma falha de gestão.

para que o processo ram para falar sobre o novo Plano de Carreira do Magistério. Deveriam servir suco de maracujá no gabinete, ao invés de cafezinho.

3 - Novos salários:
Básico dos servidores - R\$ 1.039,49;
Básico dos professores (22 horas semanais) - R\$ 1.234,26;
Prefeito - R\$ 16.661,52;
Vice - R\$ 7.613,57 (se exercer atividade permanente no governo) e R\$ 4.163,38 se não ocupar cargo;
Secretários - R\$ 7.272,60;
Vereadores - R\$ 6.846,36.

4 - O novo Plano de Carreira dos funcionários, aprovado em 2015, e as reposições não vão garantir mais votos ao prefeito.



Os vereadores que votaram a favor da reposição apenas repetiram um posicionamento que já tiveram em anos anteriores. De qualquer forma, desafiaram a opinião pública e vão ter de pagar o preço nas urnas.